

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.781.263 - SP (2018/0304147-4)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : DIAS & DIAS LTDA
OUTRO NOME : SOLUFACIL REPAROS E REFORMAS LTDA
ADVOGADOS : OSCAR LUÍS KRONIXFELD - SP216644
PAULO EDUARDO TARGON - SP216648
RECORRIDO : PAULA FERNANDA CALEFI PAIXAO
RECORRIDO : RAFAEL ALVES PAIXAO
ADVOGADO : THIAGO RODRIGUES RAMOS - SP301757

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INTUITO PROTETATÓRIO. MULTA AFASTADA.

1. Ação de cobrança, fundada no inadimplemento de contrato de prestação de serviços.
2. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC/15, rejeitam-se os embargos de declaração.
3. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
4. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
5. Afasta-se a multa imposta pelo Tribunal de origem quando não se caracteriza o intuito protelatório na oposição dos embargos de declaração.
6. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por SOLUFACIL REPAROS E REFORMAS LTDA., fundamentado, exclusivamente, na alínea “a” do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 26/04/2018.

Concluso ao gabinete em: 03/12/2018.

Ação: de cobrança, ajuizada pelo recorrente, em face de RAFAEL ALVES PAIXÃO e de PAULA FERNANDA CALEFI PAIXÃO, fundada no inadimplemento de contrato de prestação de serviços.

Superior Tribunal de Justiça

Sentença: julgou extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, V, do CPC/15, em face da sentença proferida em ação com objeto idêntico, demandada pelo recorrido em face da recorrente junto ao Juizado Especial Cível.

Acórdão: negou provimento à apelação interposta pela recorrente, nos termos da seguinte ementa:

ACÇÃO DE COBRANÇA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Empresa autora que pretende receber valores devidos em decorrência de contrato encetado entre as partes - Sentença de extinção, com baldrame em julgamento de processo conexo - Pleito recursal - Conexão de processos - Definição quanto ao valor devido - O processo é ferramenta de fazer justiça, as técnicas processuais destinam-se a assegurar o justo processo - O trânsito em julgado da sentença do processo conexo colima na certeza sobre o valor devido pelos apelados - Sentença mantida - Apelo improvido.

Embargos de declaração: opostos pelo recorrente, foram rejeitados, com imposição de multa.

Consignou que, “*em razão do reconhecimento de conexão entre as ações propostas e não se podendo reunir os processos para julgamento simultâneo (em razão da incompatibilidade de ritos), restou prevento o processo do Juizado Especial, considerada a data do primeiro despacho (fl.81) , tendo sido extinta esta demanda com fulcro no artigo 485, inciso V do Código de Processo Civil, condenada a empresa embargante ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que restou majorado de forma equitativa aplicado o disposto no art. 85, §11 do Código de Processo Civil*” (e-STJ, fl. 305).

Recurso especial: alega violação dos arts. 85, §10º, 337, §1º e §2º, 485, V, 1.022, II, e 1.026, §2º, do CPC/15.

Alega que haveria omissão “*em relação ao apontamento dos reais danos no imóvel, passíveis de cobrança, em cotejo aos laudos de vistoria de entrada e saída*” (e-STJ, fl. 319) e quanto ao valor devido por Paula Fernanda Calefi Paixão.

Superior Tribunal de Justiça

Aduz que os embargos de declaração opostos não teriam caráter protelatório, motivo pelo qual a multa imposta deveria ser afastada.

Sustenta que as ações teriam objeto, pedidos e partes diferentes, bem como que não poderia ser condenada aos ônus sucumbenciais, visto que a extinção da ação ocorreu por causa superveniente ao seu ajuizamento e os recorridos que teriam dado causa para o ajuizamento da demanda.

Admissibilidade: o recurso foi admitido na origem pelo TJ/SP.

É O RELATÓRIO. DECIDO.

- Julgamento: CPC/15

- Da violação do art. 1.022 do CPC/15

A recorrente alega a existência de contradição e obscuridade no acórdão recorrido, pois na demanda conexa se decidiu e definiu apenas o valor devido por Rafael Alves Paixão.

O Tribunal de origem foi claro ao entender que o trânsito em julgado da sentença do processo conexo colima na certeza sobre o valor devido pelos apelados (em razão da sentença prolatada no processo conexo), não podendo se falar em contradição ou obscuridade. Dessa maneira, o art. 1.022 do CPC/15 não foi violado.

Ressalte-se que a contradição autorizativa do manejo dos embargos de declaração é a contradição interna, verificada entre os elementos que compõem a estrutura da decisão judicial, e não entre a solução alcançada e a solução que almejava o jurisdicionado.

No que concerne à alegação de omissão em relação aos reais danos no imóvel, passíveis de cobrança, em cotejo aos laudos de vistoria, compulsando os autos, verifica-se que mencionada tese não consta nas razões de seus embargos de declaração, sendo, portanto, considerada inovação recursal.

- Da ausência de prequestionamento

Superior Tribunal de Justiça

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos argumentos invocados pelo recorrente em seu recurso especial quanto à violação do art. 85, §10º, do CPC/15, apesar da interposição de embargos de declaração. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 211/STJ.

Ressalta-se, por oportuno, que o art. 85, §10º, do CPC/15 foi citado apenas nas razões do recurso especial, caracterizando verdadeira inovação das teses de defesa, de modo que não era dado ao TJ/SP analisar a controvérsia.

- Do reexame de fatos e provas

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à conexão, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

- Da multa por embargos de declaração protelatórios

Da análise dos autos, percebe-se que os embargos de declaração interpostos pela parte agravante não possuem intuito protelatório, razão pela qual, de acordo com a Súmula 98/STJ, a aplicação da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC/15 deve ser afastada.

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, III e V, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, DOU-LHE PROVIMENTO, apenas para afastar a multa prevista no art. 1.026, §2º, do CPC/15.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

